

TRAJETÓRIAS CRÍTICAS E RECONSTRUÇÃO POLÍTICA NA ESPANHA, ARGENTINA E BRASIL

Benício Viero Schmidt*

RESUMO

A comparação de processos de redemocratização nos três países caminha para a constatação de semelhanças importantes, como a busca de soluções pactadas para o empate político. A trajetória crítica e teórica percorrida pelo autor discute definições de modernidade e de identidade como balizamento para uma metodologia comparativa não apenas quanto aos atores sociais e suas relações, como também, no mesmo diapasão, sobre as possibilidades — ou não — do indispensável e crucial avanço científico e tecnológico diante dessas sistemas políticos de decisão.

Introdução

O presente trabalho parte de uma tentativa de estabelecimento de linhas e critérios comparativos, com o intento de apreender traços essenciais de três experiências cruciais de redemocratização. As experiências são as da Argentina, do Brasil e da Espanha.

Estes países compõem uma instigante tríade, apta ao aprendizado do analista: ricos detalhes, filigranas de engenharia política, complexidades sociais e econômicas desafiadoras das chamadas "teorias do desenvolvimento econômico", e assim por diante. Há enormes semelhanças, que vão além do substrato cultural luso — ibérico, com marcados traços de corporativismo e referências monológicas nascidas da vertente católica que prevaleceu na história milenar da luta ideológica. Há semelhanças na busca de uma solu-

*Departamento de Sociologia, UnB. Ex-Coordenador do Doutorado Conjunto FLACSO-UnB.

TRAJETÓRIAS CRÍTICAS E RECONSTRUÇÃO POLÍTICA NA ESPANHA,
ARGENTINA E BRASIL

ção pactada para o empate político, dominado pela presença de forças autoritárias, que na Espanha foram caudatárias do fascismo mais refinado e prolífico e na América Latina residiram no misto de ingredientes fascistas e secularismo autoritário, modernizador e interventor. Em ambos os casos, fortes inspirações Bismarckianas, no sentido do aprofundamento de um **Estado Benefactor**, especialmente na Espanha e Brasil.

Há semelhanças, ainda, em aspectos fundamentais da crise sistêmica que atravessaram (atravessam) ao largo da trajetória de redemocratização. Não se trata de uma crise político-convencional, pois nos três países há sensíveis manifestações de suas elites políticas, empresariais e intelectuais apontando para um verdadeiro "déficit" quanto à implementação de políticas públicas. A crise, especialmente a da primeira parte da década de 1970, apanhou todos desprevenidos. No caso de Brasil e Espanha a primeira manifestação desta sintomatologia foi, sem dúvida, a **crise energética**.

Os países latinoamericanos, através de suas elites, têm usualmente enfrentado os desafios sistêmicos por meio de recursos retóricos e político-instrumentais ainda baseados em uma certa **escatologia** condizente com uma forma de dominação política onde duas variáveis centrais estariam ausentes:

1. A presença das massas na sociedade politicamente organizada, principalmente através de instituições e sistemas de filiação corporativo-funcional, e;
2. A decisiva contribuição dos avanços e transformações originadas nas matrizes científico-tecnológicas sobre a organização da sociedade.

A existência das massas organizadas não necessariamente se traduz em presença de fortes e enraizados Partidos Políticos no sistema de participação e representação social. O que é importante relevar é o **caráter novo** da organização massiva nos contextos mundializados pelos efeitos da modernização acelerada.

A nova feição da organização da vontade política se traduz em um alto grau de corporativização dos interesses. Participação política se traduz por outros sintomas, em nossos dias, diferentemente da resiliente matriz pertinente ao quadro histórico dos séculos XVIII e XIX, que abrigaram o debate sobre o liberalismo e o socialismo.

Tudo parece indicar que os conteúdos da participação política têm sido fortemente modificados pela universalização de algumas dimensões cruciais ao progresso técnico e à individualização dos interesses, tão caras ao pensamento liberal clássico e culposamente relegado pelo marxismo contemporâneo a um plano obscuro de desconhecimento. Nenhuma novidade fundante, pois a partir de Habermas e da Escola de Frankfurt, já há muito reconhecemos que "não é a demanda que determina a oferta, mas seu inverso".

Coração de um debate entre clássicos e neo-clássicos na Economia, somente agora vai atingindo as hostes sociológicas. Felizmente, bem elaborado a partir de autores como Habermas, Offe, Altvater e a corrente francesa regulacionista.

Outrossim, este debate, como fonte para novas incursões teóricas e empíricas sobre o **homo sociologicus** contemporâneo, tem levado à produção relevante de textos seminais, como as obras de Sennet¹ e Lasch².

Isto tem de ser encarado como realmente pertinente ao que clássicos como Weber, Gurvitch, Simmel, Schumpeter, e contemporâneos como Mannheim e Raymond Williams costumavam chamar "padrão civilizatório". Mannheim fez incursões geniais sobre as relações entre o pensamento conservador e o pensamento tradicional para ressaltar que, em uma determinada época da Era Moderna, a Igreja Católica assegurou certo monopólio na intermediação entre os Homens e a Verdade, através da instituição eclesial³.

A implicação desta emergente realidade das massas individualizadas no que Habermas chamou **privatismo cívico** tem sido, ao longo dos últimos anos, a matéria basilar do debate sobre o "individualismo metodológico", de um lado. De outro, tem animado profundas revisões das concepções políticas no campo do marxismo e do holismo funcionalista. Neles, politicamente, tem havido pouco espaço para considerações dessas novas incidências do próprio prolongamento e universalização da sociedade de classes capitalista.

A construção de uma sociedade democrática de massas, na América Latina, passa ainda por dimensões pouco triviais. Geralmente, estudos comparados seguem uma lógica estranha aos cânones aplicáveis à civilização latinoamericana considerada como entidade.

"Identificar esta cultura esclareceria a lógica da ação política na região, juntamente com muitas confusões conceituais dos últimos cinquenta (ou duzentos) anos" (Morse, 1990)⁴.

Morse é um autor seminal que enfrenta o relativismo com categorias que são genéticas; tentando assim escapar à aspiração universalista hegeliana para explicar a história do espírito. Leopoldo Zea buscou na **mexicanidade** uma forma concreta do humano⁵. Ainda assim, o caráter **ocidental** da civilização latinoamericana sofreria outros enquadramentos. O mesmo Zea assume que os particularismos de situações históricas cederão a uma consciência universal de "todo homem".

O debate sobre a ocidentalização da América Latina, nas suas fontes mais complexas e coladas à tradição filosófica, liga a América Latina ao mundo luso-ibérico, por argumentos conhecidos. Esses traços surgem claramente quando, na produção sociológica e política norte-americana contem-

porâneas, são tratadas matérias como a cultura política corporativista que determina limites e possibilidades de estruturas funcionais-representativas como os sindicatos⁶. A própria metodologia a ser utilizada para a análise comparada deveria levar em conta estas dimensões irreduzíveis. No caso específico da vida sindical, fica evidenciada a função múltipla da organização, dadas a tradição política e a estrutura de classes relativamente **incompleta**.

Lia Machado, ao estudar a relação entre a modernidade e a tradição na América Latina afirma que na controvérsia sobre a construção da identidade no sub-continente Schwartzman, Brunner, Morse e Bonfil Batalla podem ser tomados como exemplos paradigmáticos do novo debate sobre as heterogeneidades culturais e sociais. Brunner trata da peculiaridade cultural referindo-se ao modo de inserção latinoamericana na modernidade imposta pelos centros norte-americano e europeu, através da "difusão dos bens simbólicos". A pobreza e as demais contradições conformariam os "códigos locais de recepção". Esses, através do "pastiche", tornam-se instrumentos de desconstrução da cultura ocidental, mas também instrumentos de desestruturação da trama local de cultura. A expansão dos bens simbólicos em escala industrial confronta-se com os localismos, dando lugar a uma heterogeneidade incapaz de possibilitar a reconstrução dos códigos específicos de expressão cultural.

Schwartzman, em debate com Morse, aceita que a prevalência da modernidade na América Latina é um contraponto à "impossível volta ao passado". Mudanças velozes trarão um fim à "penumbra das tradições culturais qualitativamente irreduzíveis". A modernidade, para esse autor, é um projeto incompleto que gerou desigualdades e pobreza na América Latina. A diversidade cultural fica assim subsumida à desigualdade, como categoria. Há uma implícita concepção etapista, em que a tradição é passado, a modernidade o futuro a ser velozmente imposto.

Segundo Machado⁷, Morse e Batalla propõem o resgate da história cultural, que na modernização latinoamericana tem sido negada. Para Morse, a tradição histórica ibérica garante a identidade latino-americana pelo seu caráter abrangente e unificador, em contrapartida ao individualismo anglo-saxônico. Para Batalla, a cultura indígena, negada pelo Estado Moderno, tem uma história milenar e está presente hoje no cotidiano dos povos meso-americanos, por exemplo.

Entre o resgate cultural e a hipótese modernista de impossibilidade do passado, reside uma questão grave. Como tratar o **processo de diferenciação**? Com ênfase, Machado cita G. Marcus, contrário às razões unificadoras do Iluminismo, que concebe as "ciências sociais realistas", portadoras de uma noção de objetividade em que as categorias de **totalidade** e de **tempo** são prévias e explicativas do objeto analisado.

“A noção de tempo que prevalece é unilinear, de etapas sucessivas. O processo de modernização é concebido como um futuro contínuo de ruptura com o passado. Uma ciência social modernista propõe epistemologicamente a crítica a uma verdade iluminista e objetivista e a um tempo unilinear. Trabalha com a possibilidade da fragmentação, e das versões e da procura da totalidade como evocação. Assim, entre passado e presente, tradição e modernidade, não há ruptura nem compartimentação. (...) O passado tem efeitos no presente através da memória, que é efetiva porque informa práticas de reprodução social e de um ethos cultural”⁸.

Esse quadro polêmico de debates sobre a modernidade e suas possibilidades assume particular importância em casos de sistemas sociais como aqueles com os quais lidamos. Estes elementos servem para balizar um posicionamento comparativo, que de outra forma seria uma estéril visão quantitativa da realidade.

As noções de **tempo** e **totalidade**, tomadas na acepção assumida por Machado, indicam novas possibilidades para o exame da “participação política em uma sociedade de massas”. Caso isto não seja levado em consideração estaremos novamente frente às triviais e obscuras verificações de “desorganização social”, “debilidades da sociedade civil frente ao Estado”, “presença onipotente do Estado”, e assim por diante.

A própria materialidade assumida pelas tentativas de **pactos sociais e políticos** nos três países em tela indica a complexidade subterrânea destas sociedades, longe que estão de serem entendidas por afirmações peremptórias, como as mencionadas acima.

Além dos **pactos conjunturais**, as reformas políticas através de **mudanças constitucionais**, no Brasil, na Argentina e na Espanha fortalecem hipóteses que reconhecem poderosas forças sociais organizadas e possuidoras de instrumentos de ação política nestes contextos.

É bem verdade que, além de múltiplas e fragmentadas formas de participação política, estas sociedades, como tantas outras de **ethos** culturais distintos e de histórias político-institucionais menos acidentadas, são também membros de uma drama pervasivo em nossa contemporaneidade: a desagregação da ordem social regulada pelo Estado.

A literatura é vasta sobre o assunto. E pelos menos a maior parte dela escapa aos superados cânones clássicos da Teoria das Crises do marxismo emergente na década de 1930. Não é somente uma crise de acumulação em escala mundial que afeta o movimento de retração do Estado, em nossos dias. Antes de mais nada, a crise é total, no sentido de abarcar planos de sociabilidade, formas organizadas, expectativas quanto ao horizonte historicamente disponível ao homem em sociedade, formas de representação e participação política, entre outras dimensões.

TRAJETÓRIAS CRÍTICAS E RECONSTRUÇÃO POLÍTICA NA ESPANHA, ARGENTINA E BRASIL

As elites políticas, principalmente as latinoamericanas, têm relegado estas realidades a um plano bem longínquo de suas retóricas. Curiosamente, com a Espanha parece ter havido o mesmo, no sentido de que estas dimensões relativas à participação em novas bases têm sido consideradas convencionalmente, por grande parte da literatura. Como se além das "Sete Espanhas" haveria uma outra alma cravada de apatia pós-Franquista, pronta a alimentar a montagem de novos impasses político-institucionais.

Em verdade, trata-se de uma dificuldade epistemológica, de reconhecer a manifestação de uma realidade emergente da modernização capitalista e de operações democratizadoras, em um contexto de alta fragmentação. E, paradoxalmente, em luta pelo papel hegemônico na formação de um novo **ethos**, onde o **novo real** às vezes não encontra cobertura nas forças políticas institucionalizadas.

Todavia, se os autores do Sistemismo em ciência política e em sociologia têm alguma razão, seus axiomas tenderão a se expressar em diversas formas de participação e representação política.

De outro lado, as transformações causadas pelos avanços na produção social, por meio das novas matrizes baseadas no avanço da ciência e tecnologia, têm sido também relegadas ao plano da **escatologia** e não prioritariamente ao **reino da ação política**.

Isso tem basicamente duas implicações sobre o funcionamento dos sistemas políticos de decisão (área de **policy analysis**):

1. As ações políticas dos vários atores, principalmente empresários, sindicatos, partidos políticos, empresas estatais e a própria administração direta do Estado, não consideram o caráter estratégico que as novas matrizes de ciência e tecnologia possibilitam. Ou, se o fazem, é com tal lentidão e por meio de tantos impasses, que se torna impossível obter uma resultante hábil e flexível como **public policy**;

2. A segunda decorrência tem origem na primeira: para o Estado-Nação, dentro do sistema internacional de trocas, é cada vez mais central a adaptação da organização das forças produtivas aos novos padrões vigentes baseados na veloz absorção de tecnologia avançada. A participação decrescente da América Latina no comércio internacional tem coincidido com o trajeto mais recente de democratização da área (Argentina, desde a eleição de Alfonsín, 1983; Brasil, desde o início da abertura em 1974 e mais marcadamente a partir de 1985, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney). A causa está enunciada acima.

A desconsideração das potencialidades políticas e sociais da matriz científica e tecnológica tem causas, obviamente, no próprio fato do subdesenvolvimento relativo das elites dirigentes, em qualquer dos níveis. Seqüelas que são do **late capitalism**, elas cobram seu preço em todos os casos aplicáveis. E nesse sentido, América Latina e Espanha têm atravessado as mesmas dificuldades.

Todavia, como a própria história ilustra, o desenvolvimento das forças produtivas e suas relações com a política, *strictu sensu*, são sempre desiguais. Porisso, os movimentos que resultaram em novas constituições (Espanha, 1977; Brasil, 1988), ou em gradativas reformas (Argentina, a partir de 1983), apresentam enormes **gaps** entre as demandas fraccionadas e setoriais da sociedade e o resultado expresso por novos códigos institucionais.

A Espanha, como o Brasil, teve de encarar a transição política a partir de uma cruenta história de repressão, com diferenciais de níveis de progresso técnico entre seus setores produtivos, incluído aí o Setor Produtivo Estatal. A **crise energética**, que abalou o mundo capitalista a partir de 1973, encontrou a Espanha e o Brasil com problemas insanáveis; tendo ambos que enfrentar a questão seja através de importação direta de energia, seja através do uso de fontes alternativas. Esse foi o caso específico do Brasil, com o PROÁLCOOL. Ambos desgastaram enormemente suas reservas de divisas; e isso em plena busca de um mínimo de estabilização institucional.

A Argentina, possuidora de enormes e abundantes fontes de petróleo, e tendo na época o maior poder nuclear da América Latina, ficou relativamente a salvo da onda crítica pertinente à energia. Todavia, enfrentou desde 1976, com a volta da dominação militar ao seu sistema político, outras crises econômicas profundas. Advindos de um modelo de **desindustrialização** deliberado, com o intuito básico de eliminar politicamente a forte presença do sindicalismo peronista enraizado na produção industrial e de intermediação, as medidas relativas ao possível engajamento da Argentina nas ondas de progresso técnico foram inócuas, exatamente por faltar-lhe a base material e o apoio político dos amplos setores sociais reprimidos.

A dimensão nova trazida pelo progresso técnico de forma massiva tem implicações internas e externas ao próprio processo de trabalho. Internamente, ela se refere, entre outras coisas, à gestão do trabalho, bem como ao desafio da manutenção ou não do critério capitalista da taxa de lucro; isso através da **exploração do trabalhador**, pelo aumento constante e máximo da parte de seu tempo de trabalho que lhe será subtraída. "No entanto, como aumentar a produtividade global do trabalho, logo, a relação capital/produto, se o bom funcionamento das máquinas exige, atualmente, cada vez mais um aumento das despesas com a formação e remuneração do pessoal, e por conseguinte, um forte aumento das despesas ditas **variáveis**?"⁹.

A questão da **gestão**, nesse contexto, torna-se crucial. Envolvido no manto diáfano da fantasia erigida pelos setores ideologicamente dominantes como sendo uma questão de pura **produtividade do trabalho**, ela diz respeito, na verdade, aos fatores gerenciais que ligam as lutas sindicais contra a intensificação do trabalho, bem como às lutas pela manutenção do poder aquisitivo e pela atualização das promoções.

Esta nova situação, baseada na produção informatizada, com altas taxas de absorção tecnológica, produz assim um verdadeiro **círculo vicioso**:

enquanto se fazem muitas economias sobre as despesas de amortização, de estoques e de produção em andamento, graças à automatização e à informatização, simultaneamente tenta-se economizar à custa do homem (efetivos, qualificação, formação, intensificação do trabalho). A mudança na cultura capitalista emergente, neste novo contexto histórico, é no sentido de mudar as **despesas variáveis** em **despesas fixas**. Dizendo respeito à atual **crise dos critérios econômicos de gestão**, são facilmente identificáveis os **efeitos macro-sociais** destas medidas e transformações¹⁰.

Ao nível do próprio processo produtivo, restam questões cruciais, como, por exemplo, as tendências inexoráveis à oligopolização da economia. A aglomeração dos fatores, condição básica para a criação de patamares novos de acumulação de capital que permitam a diferenciação tecnológica e efetivem altos níveis permanentes de obsolescência construída, justamente para possibilitar a renovação qualitativa do capital fixo, é um dos maiores desafios.

Nas experiências de redemocratização em pauta, atravessando os regimes políticos respectivos altas **crises de governabilidade**, as leis e constituições nacionais enfrentaram (e enfrentam) enormes dificuldades frente ao desafio da **gestão pública**.

Daf porque pode ser afirmado, com razoável taxa de bom senso e comedimento analítico, que os **pactos constitucionais** não esgotam a permanente necessidade de constantes **pactos sociais** entre as classes e suas organizações representativas.

Mais do que os impasses trazidos por variáveis fartamente conhecidas dos países de "Capitalismo Atrasado", como é o caso de Brasil, Argentina e Espanha nos seus termos, a existência de **Pactos Sociais** está conectada à imperiosa necessidade de flexibilidade e ajustamento destes países às ondas trazidas pela absorção de ciência e tecnologia a seus parques produtivos e seus pertinentes efeitos sobre a estrutura social. Ainda que suas conexões com as respectivas totalidades nacionais sejam desarticuladas entre si e que produzam desequilíbrios deletérios e marcantes.

"O avanço tecnológico, nas sociedades industriais contemporâneas, visa teoricamente à produção de mercadorias que, em termos imediatos, garantem o lucro, e a médio e longo prazos, asseguram a própria reprodução do sistema social. Tal fato não implica, porém, homogeneidade de criação de tecnologias e nem, tampouco, que as tecnologias deixem de provocar efeitos contraditórios nos contextos onde são produzidas e absorvidas"¹¹.

Figueiredo ainda destaca, com precisão, que politicamente a tecnologia exige **direcionamento**; e mais ainda que o campo das decisões que ela comporta "não é o do exercício indeterminado da vontade"¹².

Sob o ponto de vista macro-político, o avanço tecnológico pressiona os atores, no sentido de exigir deles plena **atualização** (aggiornamento), bem como ao Estado. Este sofre as decorrências de uma nova condensação de forças, onde a gestão em novas bases é um requisito fundamental. O protecionismo e os subsídios que deram origem às burguesias industriais e financeiras dos países do Capitalismo Atrasado não têm o mesmo caráter de operações similares, em nossos dias.

O **direcionamento político** do avanço tecnológico está a sinalizar para a necessária presença do Estado no processo decisório, pelo menos enquanto referência última de todos os grupos e classes sociais envolvidos. A disseminação da tecnologia, como substrato de padrões emergentes de reiteração social, supõe uma profunda **politização** da nova arena.

Isso implica, necessariamente, a possibilidade de "faccionalização" e fragmentação dos interesses políticos acima dos limites conhecidos pelos parâmetros dos conflitos ideológicos conhecidos até agora. Não é somente uma **nova forma** de luta ideológica, mas uma nova forma de interação entre os atores e entre eles e o Estado. O elemento **interdependência** torna-se chave, o que acarreta novas responsabilidades e novas feições aos aspectos decisórios do processo.

A matéria se reveste do que o jargão clássico da sociologia política trata como **cooperação e conflito inter-classes sociais**, e ao que a economia se refere como campo das **cadeias produtivas**.

Estamos no contexto da **crise de regulação estatal**, segundo os padrões historicamente conhecidos. Os planos e políticas que possibilitaram a verdadeira "acumulação originária" da nova ordem burguesa, a partir do século XIX, com forte e central participação estatal nos países do Capitalismo Atrasado, encontram agora seus limites.

Este novo cenário, onde os critérios de mudança e adaptação sociais estão presentes ao cotidiano dos diversos atores, implica extrema **faccionalização**; bem como **fragmentação** dos interesses politicamente expressos.

O alto nível de **faccionalismo** está localizado na agudização das clivagens entre tendências a favorecer o auto-interesse de curto prazo, às custas de metas societárias de longo prazo. O caráter auto-centrado da demanda e das pressões sobre o sistema decisional, bem como a visão de curto prazo são as variáveis cruciais da **dimensão faccionalismo** incorporada à ação dos diversos atores.

A **dimensão fragmentação** tem como conteúdo a **polarização político-ideológica**. Na América Latina isso se deu pelo aprofundamento das linhas diferenciais entre as diversas forças políticas, especialmente a partir da década de 1960. Excetuado o período caudilhista, muito importante para explicar as formações nacionais e territoriais no século XIX e início do século XX no Brasil e na Argentina, é evidentemente a partir da segunda metade do corrente século que isto ocorre com as cores da modernidade capitalista.

TRAJETÓRIAS CRÍTICAS E RECONSTRUÇÃO POLÍTICA NA ESPANHA, ARGENTINA E BRASIL

Tendo aderido aos padrões capitalistas de acumulação, com estratégico papel reservado ao Estado como produtor e regulador, estes países presenciaram uma organização da vontade em um grau inusitado por parte de três atores: **partidos políticos, classes sociais e grupos de interesse**. Isso ocorre na Argentina durante o primeiro governo de Juan Peron (1946-52), na divisão entre Peronistas e Radicais, que adquire velocidade e diferenciações progressivas a partir daí; indo até o terrorismo de esquerda e de direita, que abala os fundamentos da própria sociedade argentina na década de 1970.

Na Argentina, de modo especial nos períodos entre 1966-73 e 1976-83, esta **polarização/fragmentação** levou os diferentes atores a formarem alianças conjunturais com setores militares, com vistas à defesa imediata de seus interesses.

Assim, a retórica político-militar, formada pela tática aliança entre peronistas e facções das Forças Armadas, justifica o golpe contra o Presidente Arturo Illia (1966) na concepção assumida de vazio de poder e paralisia de decisões: "... A Argentina não merece sobreviver a uma mediocridade sem futuro. ..."³.

Apesar de razoável nível de crescimento econômico e baixa taxa inflacionária (1966: 36% anual), o Governo Illia foi derrubado sob as bandeiras de "transformação nacional" e "modernização", que unificavam as orientações militares. O que se alegava era a necessidade de uma superação da "falácia de uma legalidade formal e estéril". Juntos estavam o **nacionalismo militar** e o **marxismo militante**, em uma plataforma ambígua que, de fato, inaugurou **los años ciegos** do regime político argentino, encerrado em 1983, com a eleição de Raul Alfonsín, justamente centrada em protesto antimilitarista e denúncia do passado autoritário. Entre Illia e Alfonsín "os anos ciegos" de uma repressão inaudita e uma guerra contra a Inglaterra pelas Ilhas Malvinas; entre o Radical derrubado e o Radical eleito em primeiro turno, o ciclo estava encerrado.

A **polarização**, todavia, não se manifesta nos mesmos sintomas em todas as partes. No Brasil, isto ocorre especialmente a partir do segundo Governo Vargas (1950-54), com fortes clivagens entre nacionalistas/internacionalistas, populistas/não-populistas conservadores, liberais/conservadores, e assim por diante.

Aqui, as Forças Armadas, especialmente a partir de 1961, com a tentativa de golpe de Estado contra o Vice-Presidente João Goulart, se associaram aos grupos politicamente conservadores. Interesses comuns, ao redor das bandeiras de **modernização conservadora**, uniram militares às forças políticas disponíveis contra os populistas de esquerda, nacionalistas e socialistas de vários matizes: UDN, PSD, depois ARENA, PDS e outros arranjos.

A polarização e fragmentação foram aceleradas a partir da década de 1960, quando grandes transformações estruturais ocorreram na sociedade

brasileira. O Brasil foi um país que conheceu uma das maiores taxas de crescimento demográfico, principalmente urbano, no período 1960-80, em todo o mundo. Além disso, iniciou-se neste momento um vigoroso projeto de interiorização do País (criação de Brasília) e modernização da agricultura. O caráter elitista das mudanças não invalidou seus efeitos pertinentes sobre a estrutura social e econômica: formação de grandes áreas de concentração populacional, favorecimento à formação de um razoável mercado interno pela aglomeração em escala, enorme avanço sobre a oferta de infra-estrutura urbana e social (bens e equipamentos coletivos, transporte e comunicações), bem como redefinição das fronteiras agrícolas através da mecanização e de uma intensa onda de subsídios estratégicos à produção.

As bases do "milagre econômico" da década de 1970 já estavam forjadas nos anos de 1950, especialmente com a aliança entre Vargas e os militares, ao redor dos interesses estratégicos que permitiram a entrada do País na segunda onda de industrialização. A construção de empresas estatais, a abertura ao capital estrangeiro, o estabelecimento dos programas nacionais de investimento social e a montagem de uma engenharia governamental para a formação dos grandes Fundos Públicos de fomento ao desenvolvimento econômico foram fatores e circunstâncias que ligaram os militares às forças políticas organizadas.

Na primeira onda de modernização acelerada (1950-60) a aliança político-militar foi cimentada pelo "desenvolvimento nacionalista" (Vargas-Juscelino). A partir daí, com a crise do sistema político provocada no período 1961-1964, a aliança político-militar mudou de tonalidade e de parceria. Em uma demonstração inédita de fragmentação política e ideológica dentro das Forças Armadas, com sucessivas tentativas de quebra da hierarquia militar, oficiais nacionalistas e liberais democratas foram afastados dos postos de comando, punidos, e a hegemonia deslocada para as correntes conservadoras e "duras" das três Armas.

O importante a destacar, nos casos brasileiro e argentino, é que a **formação de facções**, visando a impor metas particularistas de curto-prazo sobre outras metas societárias de longo-prazo, bem como a **fragmentação político-ideológica**, envolvendo partidos políticos, classes e grupos de interesse, encontram nos militares um instrumento e um aliado multifacetado.

Na Argentina, os militares aliam-se com forças variáveis, mas não chegam a aderir a uma ordem partidária. Tanto que, na maior parte dos "anos cegos", as instituições político-representativas, tais como o Parlamento, os Partidos Políticos, as Organizações Cívicas e até alguns Grupos de Interesse, tiveram sua existência suspensa. Encerrada uma etapa política da transição (1983), caracterizada por "colapso do regime", o campo político-ideológico é restaurado nas mesmas bases anteriores, que deram origem histórica à política argentina contemporânea. Radicais e Peronistas voltam como pólos hegemônicos e eixos organizadores da cena política. Primeiro Raul Alfonsín

(1983) como Radical, depois Carlos Menen (1989) como Peronista. Enquanto isto, os militares perdem saliência política e relevância decisória, batidos que foram pela massiva onda de protesto popular e cívico contra a intensa repressão entre 1976-83 e pelo enorme fracasso frente aos ingleses na Guerra das Malvinas, em 1982.

A trajetória da reconstrução democrática implica, sem dúvidas, o atendimento de uma condição substantiva: a necessária convivência entre **faccionalismo**, **fragmentação** e **tolerância** ao nível político.

As formações de alianças, tendo os militares como forças históricas decisivas em muitos momentos, têm visado muitos interesses altamente contraditórios nos últimos anos na América Latina. O caráter subordinado, militar e economicamente, do sub-continente, faz com que a precariedade das alianças seja uma constante.

Sendo verdade em condições históricas gerais experimentadas, especialmente a partir de 1950, socialmente de modo pervasivo e abrangente, a esta precariedade estrutural segue-se a instabilidade decorrente das mutáveis relações internacionais no contexto das grandes transformações trazidas pelos avanços científico-tecnológicos.

Um exemplo marcante deste dilema resulta do fato de ter a América Latina se inserido no mercado internacional através de três "vantagens competitivas" clássicas: mão-de-obra barata, abundância de matérias-primas e grande disponibilidade de terras.

Pois justamente hoje, em pleno leito do avanço tecno-científico generalizado, o **status internacional** da América Latina é afetado quanto a estas condições, pelas seguintes razões:

1. Mão-de-obra intensiva não é mais uma condição da produção moderna, em qualquer de seus setores, sendo que as previsões futuras apontam para um envolvimento de não mais do que **15%** da força de trabalho em produção direta. Pela revolução tecnológica, o crescimento do produto está deslocado da absorção massiva de trabalho diretamente produtivo;

2. A existência de matérias-primas, consideradas até agora "estratégicas" para o desenvolvimento industrial moderno, sofre a qualificação dos chamados "novos materiais". Assim, o tradicional cobre chileno tende a perder posições vantajosas no mercado internacional em função do uso massivo de fibras óticas, na indústria de comunicações. Mesmo que as matérias-primas tradicionais mantenham posição relevante, como insumos, elas hoje são passíveis de um tratamento intermediário que está acima das possibilidades reais de países como Brasil e Argentina. Esse é o caso exemplar da siderurgia, onde os aços planos e flexíveis são demandados cada vez mais. O Brasil, por exemplo, destina cerca de **70%** de sua produção siderúrgica ao mercado externo, mas em condições já consideradas como "tecnologicamente superadas" pelos especialistas, uma vez que a produção não está direcionada às faixas em expansão no mercado; e

3. A grande disponibilidade de terras para fins agrícolas, hoje, já não compõe um diferencial notável. Os avanços tecnológicos no campo da agricultura, com a absorção dos insumos da biotecnologia, tornam superáveis os índices históricos de produtividade na área. Afora isso, somem-se estas transformações absorvidas pelos países avançados com estratégias de expansão econômica além-fronteiras, como é o caso do Japão. Com uma política peculiar, o Japão hoje vai avançando sobre mercados externos, não somente através da compra de ativos reais (como nos Estados Unidos, por exemplo), mas também através de produção consorciada de alimentos e matérias-primas básicas em terras muito distantes e diversas de seu minúsculo território.

Neste particular, comparadas as estratégias de desenvolvimento econômico tentativamente em implantação na Argentina e no Brasil, são notáveis as diferenças. Análises recentes têm enaltecido a distinção¹⁴.

Enfim, nas condições dadas, cabe uma profunda reflexão sobre as possibilidades de êxito de países do **Late Capitalism** em contextos sofrendo grandes alterações baseadas nos avanços científicos e tecnológicos. Históricas alianças, centradas nas possibilidades políticas dos militares enquanto corporação-partido, vão se esgotando, e não parece ser gratuito o gradativo deslocamento desta força social e funcional para escaninhos ainda não vislumbrados do quadro latino-americano. Especialmente na Argentina, onde, diferentemente do Brasil, os militares perderam o controle do processo de transição, aí pactada como resultante da **ruptura do regime**. No Brasil, pela relativa adesão às ondas de avanço tecnológico que vão marcando as novas matrizes de poder, especialmente no Governo Geisel, e pela flexibilidade que demonstraram no uso de recursos políticos institucionalizados, os militares mantiveram um alto grau de controle sobre a redemocratização, assim caracterizada como **transição por transação**¹⁵.

Encarados dessa forma, levando em consideração três dimensões fundamentais na conjuntura destes países: **transição, crise de governabilidade e adaptação aos avanços tecno-científicos mundiais**, pode-se afirmar que semelhanças histórico-genéticas entre os processos de redemocratização pouco explicarão o futuro.

A Espanha, com a morte de Franco (1975), encerra um período de ditaduras militares (Primo de Rivera-Franco) que cobre cinquenta anos do século XX. Ao mesmo tempo, enfrenta problemas de sua heterogeneidade nacional, onde pelo menos dois pólos (Catalunha e País Basco) oferecem material permanente para o debate da "questão nacional espanhola"¹⁶. No caso do País Basco, inclusive em incidências terroristas constantes por parte do ETA (Euzkadi Ta Alzcatasuna), desafiando a Monarquia Parlamentarista de Madrid.

Esse é um problema central para o governo espanhol que tem suas origens no processo de formação do Estado. Aqui, a transição tem de en-

TRAJETÓRIAS CRÍTICAS E RECONSTRUÇÃO POLÍTICA NA ESPANHA, ARGENTINA E BRASIL

frentar problemas adjuntos às relações entre nacionalidades dentro do mesmo território. Na Espanha, a marginalidade regional (exemplos: Catalunha e País Basco) não tem um componente exclusivamente econômico, mas diz respeito também a dimensões políticas e culturais. Políticas pois estão conectadas à possibilidade de autonomia regional, o que levaria de fato à descentralização do Estado. Cultural, pois diz respeito à sobrevivência da língua, da autonomia dos meios de comunicação e dos valores culturais.

O Estado Espanhol, diferentemente da concepção burguesa, como na França, foi, ao longo dos séculos XIX e XX, uma formação resultante de uma aliança entre latifundiários sulistas, grupos burocráticos e grupos financeiros tradicionais.

Na Catalunha, tendo como centro Barcelona, desenvolveu-se uma sofisticada indústria leve, e um poderoso centro cultural e urbano. No País Basco, tendo como centro a cidade de Bilbao, desenvolveu-se um parque industrial pesado (ferro, carvão, aço, maquinária) e um poderoso centro financeiro ligado a estas atividades. Foram, e têm sido, casos que propiciam a existência de fortes grupos econômicos burgueses, mas que historicamente não têm tido o proporcional peso no centro político decisório, Madrid.

Por sua vez, Madrid não foi capaz de criar um Estado capaz de unificar a sociedade civil espanhola, como o Estado Jacobino Francês (centralista) conseguiu. E assim, a Monarquia e as Forças Armadas ficaram depositárias da "integridade espanhola". Após derrota para os Estados Unidos, com a perda de Cuba e das Filipinas, os militares e a Coroa tratam o País Basco e a Catalunha como inimigos internos, o que leva o regime a sucessivas crises, resultando nas ditaduras de Primo de Rivera e Franco. Esses se caracterizam como regimes despóticos e definiram como inimigos principais os "rojos" comunistas, socialistas e anarquistas, bem como os nacionalistas regionalizados.

O dilema separatista-nacionalista é um permanente fermento a possibilitar o extravasamento das clivagens políticas na Espanha.

De qualquer modo, pode-se afirmar que, comparativamente, as transições na Espanha (1975-77) e no Brasil (1974-88) se assemelham pelo fato de ter havido inúmeras e complexas operações de composição, sem que as forças básicas do antigo regime tenham perdido o controle dos recursos de intervenção e persuasão.

O produto constitucional, tentando contornar o emergente problema das nacionalidades, estabelece na Carta de 1978, artigo 2, que a Espanha é uma nação unida e individual, mas também que a "nação unida" é formada por nacionalidades e regiões que têm direito à autonomia, reconhecida e garantida constitucionalmente, e que o traço que mantém a união é a "solidariedade". Hoje, contando com 17 regiões autônomas (poder executivo e parlamento próprios), a Espanha tem uma Constituição aberta ao pluralismo regional¹⁶

Com as diferenças marcantes, os processos de transição apresentam desafios mais construtivos quando as situações são analisadas frente aos "novos tempos", influenciados pela incrível velocidade da ciência e tecnologia que vão tornando obsoletos processos conhecidos, ao mesmo tempo realçando o que, no início desse trabalho, destacamos como "fatores e dimensões irredutíveis", que mesmo assim podem ser vistas em perspectiva comparada.

Desta maneira, é visível que tentativas de **pactos sociais e constitucionais** mais sofisticados e profundos ficam por conta de Argentina (1973, "El Pacto Social com Peron"; 1984, "Acta de Coincidências") e Espanha ("Pactos de Moncloa", 1977), ao revés do Brasil que, apesar de reforma constitucional profunda (1988) não tem conseguido enfrentar os principais problemas de **policymaking** com eficácia. As tentativas de elaboração de um pacto social, desde o final do Governo Sarney (1985-90), não têm resultado no acordo desejado. As comparações são heurísticas¹⁷.

Em um mundo direcionado para o confronto entre concepção **state-centric** versus **multi-centric** torna-se impossível desconsiderar os efeitos da existência ou não de pactos de governabilidade, bem como o grau de abertura de formações nacionais às conquistas da ciência e tecnologia e seus efeitos sociais¹⁸.

Ainda que baseados em uma visão pesadamente institucional, recentes estudos vão desbravando este território novo das decisões, envolvendo múltiplos atores¹⁹.

Sobre a América Latina, bem como sobre Espanha, Portugal e outros países em processo de integração com a Europa Continental, pesam os ditames dos novos tempos e de dolorosos **ajustes econômico-financeiros**, ditados pela mudança tecnológica, pela crise energética e pelos crescentes déficits das balanças de pagamento²⁰. O futuro, todavia, já vai mobilizando elites estratégicas²¹.

Esse trabalho terá continuidade através do exame das dinâmicas e conteúdos dos Pactos Sociais nos três países.

NOTAS

¹ Sennet, Richard — *O declínio do homem público* (S. Paulo: Companhia das Letras, 1988).

² Lasch, Christopher — *A cultura do narcisismo* (R. Janeiro: Imago, 1983).

³ Mannheim, Karl — "Conservative Thought", in Kurt Wolff (ed.) *From Karl Mannheim* (N. York: Oxford University Press, 1971).

⁴ Morse, Richard — *A volta de McLuhanaima* (S. Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 163).

TRAJETÓRIAS CRÍTICAS E RECONSTRUÇÃO POLÍTICA NA ESPANHA,
ARGENTINA E BRASIL

- ⁵ Zea, Leopoldo, apud Morse, R., ob. cit.
- ⁶ Wiarda, Howard — *O modelo corporativo na América Latina* (Petrópolis: Vozes, 1983).
- ⁷ Machado, Lia Z. — "O Lugar da Tradição na Modernidade Latinoamericana" (ANPOCS: XIV Reunião, 1990).
- ⁸ Machado, Lia Z. — ob. cit. p. 7.
- ⁹ Lojkine, Jean — "Da Revolução Industrial à Revolução da Informática", in *REVISTA DADOS* (Vol. 29, n.º 22, 1986, p. 240).
- ¹⁰ Lojkine, Jean — idem, *ibid.*, p. 241.
- ¹¹ Figueiredo, Vilma — *Produção social da tecnologia* (São Paulo: EPU, 1989, p. 13).
- ¹² Figueiredo, Vila — idem, *ibid.* p. 20.
- ¹³ Floria, C. & Garcia Belsunce, C. — *História política de la Argentina contemporânea 1880-1983* (B. Aires: Alianza 1988, p. 192).
- ¹⁴ O'Donnell, G. & Grillo, O. — "Capitalismo y Democracia en América Latina" (B. Aires: CLADE, 1987, Doc. Trabajo n.º 2); Smith Jr., W. — "Democracy, Distributional Conflicts and Macroeconomic Policymaking in Argentina, 1983-89", in *Journal of Interamerican Studies* (Vol. 32, n.º 4, 1990, 1-42).
- ¹⁵ Entre os múltiplos estudos sobre a transição política nestes países, ver: O'Donnell, G., Schmitter, P., Whitehead, L. (eds.) — *Transições do regime autoritário, América Latina* (S. Paulo: Vertice, 1988); Alcántara, M. (org.) — *Los Diferentes Modelos de Transición Política en Argentina 1943-1989* (Madrid: Universidad Complutense, 1990); O'Donnell, G. — *Análise do autoritarismo burocrático* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990); Vários Autores, *Pensamiento Iberoamericano* (n.º 14, julio-diciembre 1988); Dos Santos, Mário (org.) *Concertación político-social y democratización* (B. Aires: Clacso, 1987), especialmente De Riz, L., Cavarozzi, M. & Feldman, J., "El Contexto y Dilemas de la Concertación en la Argentina Actual", pp. 189-223 e Fernandez. A. "Sindicalismo y Concertación Social. La Coyuntura Actual", pp. 225-247.
- ¹⁶ Sobre o contexto espanhol no concerto dos regimes políticos modernos ver Lijphart, Aron — *As democracias contemporaneas* (Lisboa: Gradiva, 1989). A questão das nacionalidades e suas implicações estão bem ilustradas em Solé Tura, Jordi — "The Spanish Case: Remarks on the General Theories of Nationalism", in *International Political Science Review* (Vol. 10, n.º 3, 1989, 183-189). O processo de transição, na sua globalidade, pode ser visto em Maravall, J. M. — *La política de la transición* (Madrid: Taurus, 1985); Perez Díaz, V. — *El retorno de la sociedad civil* (Madrid: Instituto de Estudios Economicos, 1987).
- ¹⁷ Para efeitos quantitativos não é desprezível comparar-se a população: Brasil 140 milhões, Argentina 31 milhões e Espanha 39 milhões. A renda per capita (U\$ Dollars): Brasil 2,020.00; Argentina 2,400.00 e Espanha 6,010.00. As taxas médias de crescimento econômico foram (1965/87): Brasil 4,1%; Argentina 0,1% e Espanha 2,3%. As taxas médias de inflação em dois períodos (1965/80 e 1980/87) foram respecti-

vamente: Brasil 31,3% e 166,3%; Argentina 78,2% e 298,7%; Espanha 12,3% e 10,7%. A expectativa de vida ao nascer (anos): Brasil 65; Argentina 71; Espanha 77. Fonte: Banco Mundial — *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*, 1989.

- ¹⁸ Resenau J. — "Patterned Chaos in Global Life: Structure and Process in the Two Worlds", *International Political Science Review* (Vol. 9, nº 4, 1988, 327-364).
- ¹⁹ Fuentes Quintana, E. et al. — *A transição que deu certo* (S. Paulo: Trajetória Cultural, 1989); Nun, J. & Portantiero, J. C. (ed.) *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina* (B. Aires: Puntosur, 1987).
- ²⁰ CUADERNOS DE LA CEPAL, 60 (1990) e 54 (1986).
- ²¹ Paramio, L. et al. — *La izquierda y europa* (Madrid: Ed. Pablo Iglesias, 1987); Habermas, J. — "What Does Socialism Mean Today? The Rectifying Revolution and the Need for New Thinking on the Left" in *NEW LEFT REVIEW*, (n.º 183, 1990, 3-22).

ABSTRACT

Critical Trajectories and Political Transition in Spain, Argentina and Brazil

A comparison of democratization processes in the three countries indicates important similarities, such as the search for pactured solutions to political impasses. The critical and theoretical trajectory of this article discusses definitions of modernity and identity as guidelines for a comparative methodology, not only with regard to social actors but also as to the possibilities of crucial and indispensable scientific and technological progress within these political decision systems.

RESUME

Trajectoires critiques et transition politique en Espagne, Argentine et Brésil

La comparaison des processus de redémocratization dans ces trois pays indique quelques similitudes importantes, comme la recherche de solutions "pactées" pour les impasses politiques. La trajectoire critique et théorique empruntée discute une définition de modernité et d'identité comme orientation pour une méthodologie comparative pour étudier non seulement les acteurs sociaux, mas aussi les possibilités de l'indispensable et crucial progrès scientifique devant ces systèmes politiques de décision.

ARTIGO RECEBIDO EM JANEIRO DE 1991.
